

TERMO REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O objeto deste pregão consiste na contratação de empresa para prestação de serviços continuado de locação de veículos escolares, sem motorista e sem combustível, quilometragem livre, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

1.2 Os quantitativos e valor do objeto desta licitação encontram-se descritas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO GRUPO (LOTE) 1	UND.	QTD mensal	QTD anual	Valor unitário	Valor Total
1	MICRO-ÔNIBUS (zona urbana) <ul style="list-style-type: none"> Sem motorista; Capacidade: mínimo de 22 passageiros sentados; Ano de fabricação: não anterior a 2019; Combustível: Diesel S10 (responsabilidade da contratante). Características mecânicas <ul style="list-style-type: none"> Motor movido a Diesel S10 Transmissão mecânica com 6 marchas sincronizadas, incluindo ré Direção hidráulica Sistema de freios: pneumático (a ar), com freios a disco na dianteira e a tambor na traseira, válvula sensível à carga, circuito hidráulico servoassistido, independente por eixos. Suspensão <ul style="list-style-type: none"> Dianteira: molas parabólicas, amortecedores hidráulicos telescópicos dupla ação Traseira: eixo rígido motriz, molas semielípticas progressivas, amortecedores hidráulicos telescópicos dupla ação, barra estabilizadora Equipamentos obrigatórios <ul style="list-style-type: none"> Ar-condicionado funcional 	SV	10	120	R\$ 24.442,67	R\$ 2.933.120,40

	<ul style="list-style-type: none"> • Cintos de segurança de 3 pontos para motorista e passageiros em número igual a lotação; • Espelhos retrovisores externos (direito e esquerdo) • Estepe e chave de roda • Painel com velocímetro, temperatura do motor, hodômetro parcial e total • Parasol para motorista e passageiro • Tacógrafo • equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, • lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira; • Seguro total e todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN. 					
2	<p>ÔNIBUS (zona urbana)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sem motorista; • Capacidade: mínimo de 44 passageiros sentados; • Ano de fabricação: não anterior a 2019; • Dimensões: comprimento máximo de 11.000 mm; • Carga útil líquida: mínimo de 4.000 kg; • Combustível: Diesel S10 (responsabilidade da contratante). <p>Características mecânicas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Motor movido a Diesel S10 • Transmissão mecânica com 6 marchas sincronizadas, incluindo ré • Direção hidráulica • Sistema de freios: pneumático (a ar) com freios a disco na dianteira e tambor na traseira, válvula sensível à carga, circuito hidráulico 	SV	28	336	R\$ 34.949,57	R\$ 11.743.055,52

	<p>servoassistido, independente por eixos</p> <p>Suspensão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dianteira: molas parabólicas, amortecedores hidráulicos telescópicos dupla ação, barra estabilizadora • Traseira: eixo rígido motriz, molas semielípticas progressivas, amortecedores hidráulicos telescópicos dupla ação, barra estabilizadora <p>Equipamentos obrigatórios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ar-condicionado funcional • Cintos de segurança de 3 pontos para motorista e passageiros • Espelhos retrovisores externos (direito e esquerdo) • Estepe e chave de roda • Extintor de incêndio classe ABC • Painel com velocímetro, temperatura do motor, hodômetro parcial e total • Parasol para motorista e passageiro • Tacógrafo digital • Lameiras nas rodas traseiras; • equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, • lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira; • Seguro total e todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN. 					
TOTAL GRUPO (LOTE) 1						R\$ 14.676.175,92

ITEM	DESCRIÇÃO GRUPO (LOTE) 2	UND.	QTD mensal	QTD anual	Valor unitário	Valor Total
1	MICRO-ÔNIBUS (zona rural) <ul style="list-style-type: none"> Sem motorista; Capacidade: mínimo de 22 passageiros sentados; Ano de fabricação: não anterior a 2019; Combustível: Diesel S10 (responsabilidade da contratante). Características mecânicas <ul style="list-style-type: none"> Motor movido a Diesel S10 Transmissão mecânica com 6 marchas sincronizadas, incluindo ré Direção hidráulica Sistema de freios: pneumático (a ar), com freios a disco na dianteira e a tambor na traseira, válvula sensível à carga, circuito hidráulico servoassistido, independente por eixos. Suspensão <ul style="list-style-type: none"> Dianteira: molas parabólicas, amortecedores hidráulicos telescópicos dupla ação Traseira: eixo rígido motriz, molas semielípticas progressivas, amortecedores hidráulicos telescópicos dupla ação, barra estabilizadora Equipamentos obrigatórios <ul style="list-style-type: none"> Ar-condicionado funcional Cintos de segurança de 3 pontos para motorista e passageiros em número igual a lotação; Espelhos retrovisores externos (direito e esquerdo) Estepe e chave de roda Painel com velocímetro, temperatura do motor, hodômetro parcial e total Parasol para motorista e passageiro Tacógrafo 	SV	57	684	R\$ 25.983,56	R\$ 17.772.755,04

	<ul style="list-style-type: none"> • equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, • lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira; • Seguro total e todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN. 					
2	<p>ÔNIBUS (zona rural)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sem motorista; • Capacidade: mínimo de 44 passageiros sentados; • Ano de fabricação: não anterior a 2019; • Dimensões: comprimento máximo de 11.000 mm; • Carga útil líquida: mínimo de 4.000 kg; • Combustível: Diesel S10 (responsabilidade da contratante). <p>Características mecânicas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Motor movido a Diesel S10 • Transmissão mecânica com 6 marchas sincronizadas, incluindo ré • Direção hidráulica • Sistema de freios: pneumático (a ar) com freios a disco na dianteira e tambor na traseira, válvula sensível à carga, circuito hidráulico servoassistido, independente por eixos <p>Suspensão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dianteira: molas parabólicas, amortecedores hidráulicos telescópicos dupla ação, barra estabilizadora • Traseira: eixo rígido motriz, molas semielípticas progressivas, amortecedores hidráulicos telescópicos 	SV	8	96	R\$ 39.079,43	R\$ 3.751.625,28

	dupla ação, barra estabilizadora Equipamentos obrigatórios <ul style="list-style-type: none"> • Ar-condicionado funcional • Cintos de segurança de 3 pontos para motorista e passageiros • Espelhos retrovisores externos (direito e esquerdo) • Estepe e chave de roda • Extintor de incêndio classe ABC • Painel com velocímetro, temperatura do motor, hodômetro parcial e total • Parasol para motorista e passageiro • Tacógrafo digital • Lameiras nas rodas traseiras; • equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, • lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira; • Seguro total e todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN. 					
TOTAL GRUPO (LOTE) 2						R\$ 21.524.380,32

ITEM	DESCRIÇÃO GRUPO (LOTE) 3	UND.	QTD mensal	QTD anual	Valor unitário	Valor Total
1	VAN (zona urbana) <ul style="list-style-type: none"> • Sem motorista; • Capacidade: mínimo de 16 passageiros sentados; • Ano de fabricação: não anterior a 2019; • Combustível: Diesel S10 (responsabilidade da contratante). Características mecânicas	SV	19	228	R\$ 19.382,97	R\$ 4.419.317,16

	<ul style="list-style-type: none"> • Motor conforme normas ambientais (Proconve P7 ou superior) • Transmissão mecânica com 6 marchas sincronizadas, incluindo ré • Direção hidráulica • Sistema de freios: discos na dianteira e tambor na traseira, válvula sensível à carga, circuito hidráulico servoassistido, independente por eixos <p>Suspensão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dianteira: molas parabólicas, amortecedores hidráulicos telescópicos dupla ação, barra estabilizadora • Traseira: molas semielípticas progressivas, amortecedores hidráulicos telescópicos dupla ação <p>Equipamentos obrigatórios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ar-condicionado funcional • Cintos de segurança de 3 pontos para motorista e passageiros • Espelhos retrovisores externos (direito e esquerdo) • Estepe e chave de roda • Extintor de incêndio classe ABC • Painel com velocímetro, temperatura do motor, hodômetro parcial e total • Parasol para motorista e passageiro • Tacógrafo digital • Lameiras nas rodas traseiras • equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, • lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira; 					
--	--	--	--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Seguro total e todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN. 					
2	<p>VAN (zona rural)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sem motorista; • Capacidade: mínimo de 16 passageiros sentados; • Ano de fabricação: não anterior a 2019; • Combustível: Diesel S10 (responsabilidade da contratante). <p>Características mecânicas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Motor conforme normas ambientais (Proconve P7 ou superior) • Transmissão mecânica com 6 marchas sincronizadas, incluindo ré • Direção hidráulica • Sistema de freios: discos na dianteira e tambor na traseira, válvula sensível à carga, circuito hidráulico servoassistido, independente por eixos <p>Suspensão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dianteira: molas parabólicas, amortecedores hidráulicos telescópicos dupla ação, barra estabilizadora • Traseira: molas semielípticas progressivas, amortecedores hidráulicos telescópicos dupla ação <p>Equipamentos obrigatórios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ar-condicionado funcional • Cintos de segurança de 3 pontos para motorista e passageiros • Espelhos retrovisores externos (direito e esquerdo) • Estepe e chave de roda • Extintor de incêndio classe ABC • Painel com velocímetro, temperatura do motor, hodômetro parcial e total 	SV	5	60	R\$ 21.341,27	R\$ 1.280.476,20

	<ul style="list-style-type: none"> • Parasol para motorista e passageiro • Tacógrafo digital • Lameiras nas rodas traseiras • equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, • lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira; • Seguro total e todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN. 					
3	<p>VAN ADAPTADA PARA 4 CADEIRAS DE RODA (zona urbana)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sem motorista; • Capacidade: mínimo de 4 alunos que utilizam cadeiras de roda; • Ano de fabricação: não anterior a 2019; • Combustível: Diesel S10 (responsabilidade da contratante). <p>Características mecânicas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Motor conforme normas ambientais (Proconve P7 ou superior) • Tração 4x2 • Transmissão mecânica com 6 marchas sincronizadas, incluindo ré • Direção hidráulica ou eletro-hidráulica • Sistema de freios: disco na dianteira e tambor na traseira, válvula sensível à carga, servoassistido, com ABS <p>Suspensão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dianteira: molas parabólicas ou semielípticas, amortecedores hidráulicos telescópicos dupla ação, barra estabilizadora 	SV	2	24	R\$ 24.885,56	R\$ 597.253,44

	<ul style="list-style-type: none"> Traseira: eixo rígido motriz, molas semielípticas progressivas, amortecedores hidráulicos telescópicos dupla ação, barra estabilizadora <p>Equipamentos obrigatórios</p> <ul style="list-style-type: none"> Ar-condicionado funcional Cintos de segurança de 3 pontos para motorista e passageiros Espelhos retrovisores externos (direito e esquerdo) Estepe e chave de roda Extintor de incêndio classe ABC Painel com velocímetro, temperatura do motor, hodômetro parcial e total Parasol para motorista e passageiro Tacógrafo digital Lameiras nas rodas traseiras equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira; Seguro total e todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN <p>Acessibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> Plataforma elevatória hidráulica/elétrica ou rampa de acesso Dispositivos de segurança antiesmagamento e antiderrapante (ABNT NBR 9050 e Resolução CONTRAN nº 968/2022) Espaço para 4 cadeiras de rodas Seguro total e todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN. 					
--	---	--	--	--	--	--

TOTAL GRUPO (LOTE) 3	R\$ 6.297.046,80
VALOR TOTAL	R\$ 42.497.603,04

1.3 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme dispõe o art. 6º, XIII da Lei 14.133/2021.

1.4 A vigência contratual será de 12 (doze) meses, sendo iniciada a partir da assinatura do contrato pelas partes, podendo ser prorrogada na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/21, e com eficácia legal após a publicação do seu extrato nos termos do art. 94, inciso I e 174, da Lei 14.133/21.

1.5 Esta contratação justifica-se em caráter contínuo, em razão da essencialidade do serviço estar diretamente ligada ao direito fundamental à Educação, assegurado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/1996). A continuidade do transporte escolar é pressuposta para a garantia do acesso e permanência do aluno na escola, conforme estabelecem os arts. 4º, VIII e 5º da LDB, reforçando a obrigatoriedade da prestação adequada, ininterrupta e eficiente:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

(...)

VIII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

Art. 5º O acesso na educação básica obrigatória é direito público subjetivo [...]

1.6 Ademais, a natureza contínua deste serviço consolidada considerando-se:

- **Necessidade Permanente:** O serviço atende a uma necessidade pública perene e indispensável, cuja interrupção compromete o cumprimento do calendário letivo e o dever constitucional do Município.
- **Fundamentação Legal:** Por ser serviço continuado, admite a vigência e prorrogação contratual nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, visando a obtenção de preços e condições mais vantajosas mediante a continuidade do vínculo.

1.7 Compete à Secretaria Municipal de Educação (SEMED) a responsabilidade primaz de assegurar o acesso, a permanência e a qualidade do ensino na rede municipal de ensino.

1.8 Nesse contexto, a gestão e a manutenção do transporte escolar constituem obrigações inalienáveis da Administração, sendo instrumentos essenciais para viabilizar a continuidade e a eficiência do serviço educacional, em estrita observância à legislação vigente e às metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

1.9 Diante do exposto, o setor de transporte escolar da SEMED solicitou, por meio do ofício nº 046/2026, a instauração deste certame. O objetivo é garantir a continuidade dos serviços, assegurando que a logística escolar atenda aos padrões de qualidade e regularidade exigidos para o pleno funcionamento da rede municipal de ensino de Parauapebas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Secretaria Municipal de Educação de Parauapebas (SEMED), no exercício de suas competências legais e institucionais, identifica a necessidade permanente de garantir o transporte escolar como medida essencial para o pleno funcionamento das ações educacionais, especialmente em regiões onde a distância entre a residência dos estudantes e a escola é significativa em muitas áreas rurais ou urbanas. Trata-se de uma política estratégica que assegura o acesso regular, seguro e contínuo dos alunos da rede pública municipal às unidades de ensino, viabilizando o direito fundamental à educação.

2.2 Atualmente, a rede pública municipal possui um pouco mais de 48.000 alunos matriculados, distribuídos em 106 unidades escolares, abrangendo tanto a zona urbana quanto a zona rural. Desse total, 10.658 estudantes utilizam o transporte escolar: 7.675 na zona urbana (incluindo 39 alunos que utilizam cadeira de rodas), 2.983 na zona rural (incluindo 289 na área do Contestado), atendidos por meio de termo de cooperação em anexo. Essa organização garante acesso ao transporte escolar com segurança e inclusão para todos os estudantes.

2.3 O transporte escolar impacta diretamente indicadores pedagógicos como frequência, permanência e redução da evasão escolar. Sua ausência comprometeria o calendário letivo, aumentaria os índices de abandono e reduziria a efetividade das políticas públicas educacionais. Assim, além de viabilizar o deslocamento diário, contribui para a melhoria do desempenho acadêmico e para a equidade no acesso à educação.

2.4 Grande parte dos alunos atendidos provém de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que reforça a responsabilidade da Administração Pública Municipal em assegurar meios adequados para o exercício do direito constitucional à educação, conforme o artigo 205 da Constituição Federal. Já o artigo 208, inciso VII, estabelece como dever do Estado a oferta gratuita de transporte escolar, especialmente para estudantes residentes em áreas rurais ou de difícil acesso.

2.5 A legislação educacional também respalda essa obrigação: a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e suas alterações posteriores, em seus artigos 5º, §2º, 11, inciso VI, e 70, inciso VIII, determina que o poder público deve garantir transporte escolar adequado às necessidades locais, promovendo inclusão, equidade e continuidade do processo educacional.

2.6 Dessa forma, o transporte escolar em Parauapebas caracteriza-se como essencial e indispensável e contínuo, garantindo o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos alunos da rede pública municipal. Sua interrupção acarretaria prejuízos pedagógicos, sociais e

administrativos, comprometendo a efetividade das políticas públicas e o direito constitucional à educação, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A alternativa mais adequada para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), levando em conta a viabilidade técnica e econômica, bem como a prática consolidada em órgãos similares, é a contratação de empresa especializada em locação de veículos escolares de forma continuada por meio de pregão eletrônico realizado por grupo (lote).

3.2 A modalidade pregão, prevista na Lei nº 14.133, mostra-se adequada para contratação de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, como é o caso dos veículos escolares. A forma eletrônica amplia a competitividade, assegura maior transparência e favorece a obtenção da proposta mais vantajosa, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e isonomia.

3.3 Após análise dos contratos anteriores e da logística de atendimento, verificou-se que a divisão da licitação em três grupos (lotes) distintos sendo: zona urbana, zona rural e vans, representa a alternativa mais eficiente e viável. Cada grupo (lote) reflete demandas específicas de manutenção, desgaste e condições de uso, evitando que os custos mais elevados de determinados segmentos, como o transporte rural, contaminem os valores de outros, como o urbano.

3.4 No aspecto logístico, as rotas da zona urbana são compostas por vias pavimentadas, maior densidade de alunos e rotas mais curtas, permitindo o uso de veículos de maior capacidade, sendo ideal 28 ônibus e 10 micro-ônibus. Já as rotas na zona rural são caracterizadas por longas distâncias, baixa densidade demográfica, vias não pavimentadas e, muitas vezes, de difícil acesso, serão atendidas por 57 micro-ônibus e 8 ônibus. Essa configuração permite melhor adequação da capacidade dos veículos à demanda real, evitando ociosidade e reduzindo custos operacionais.

3.5 A criação de um grupo (lote) único contemplando vans e vans adaptadas para atendimento em ambas as zonas sendo: 19 vans e 2 vans adaptadas para alunos que utilizam cadeiras de roda para atendimento na zona urbana e 5 vans para atendimento na zona rural, justifica-se pelos seguintes aspectos:

- Flexibilidade operacional: esses veículos são mais versáteis e podem ser alocados conforme necessidades pontuais, como rotas com baixa demanda ou ajustes sazonais.
- Acessibilidade: as vans adaptadas são essenciais para o transporte de alunos que utilizam cadeira de rodas, garantindo acessibilidade e inclusão, garantindo o cumprimento de princípios de inclusão e das normas legais vigentes.
- Racionalização da gestão contratual: a centralização em um único grupo (lote) facilita o remanejamento dinâmico da frota, evitando a ociosidade e melhorando a eficiência do serviço.

3.6 Essa divisão permite maior flexibilidade, facilita ajustes e substituições de veículos em cada área sem comprometer o funcionamento do sistema como um todo, além de ampliar a competitividade entre empresas especializadas, reduzir custos e tornar a fiscalização mais precisa e transparente.

3.7 A solução proposta contempla a locação de veículos escolares sem fornecimento de combustível e sem motorista, uma vez que a SEMED já dispõe de contrato ativo de fornecimento de combustível e conta com motoristas em seu quadro funcional. Dessa forma, evita-se a duplicidade de despesas e garante-se maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos.

3.8 A modalidade de locação deverá ser de quilometragem livre, permitindo o uso dos veículos sem restrição de distância percorrida. Essa característica assegura maior flexibilidade operacional e adequação às demandas variáveis de transporte escolar, especialmente em áreas mais afastadas ou de difícil acesso.

3.9 O objetivo central da contratação é garantir o transporte escolar regular, seguro e contínuo dos alunos da rede pública municipal às unidades de ensino, promovendo o acesso à educação e contribuindo para a permanência dos estudantes no ambiente escolar. A medida busca assegurar eficiência, economicidade e qualidade na prestação do serviço, alinhando-se às boas práticas administrativas e às necessidades específicas da SEMED.

4. PARÂMETROS DOS QUANTITATIVOS A SEREM LICITADOS

4.1 A definição dos quantitativos e dos modelos de veículos necessários para atender às demandas de deslocamento dos alunos da rede municipal de ensino, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, foi realizada com base no número de estudantes que necessitam de transporte escolar e nas localidades que precisam ser atendidas. Para isso, foram elaborados itinerários específicos, cuidadosamente planejados para garantir que todos os alunos fossem atendidos da forma mais cômoda e segura. A partir desses itinerários, foi possível determinar a quantidade e o tipo de veículo mais adequado para suprir a demanda. Essas informações detalhadas constam no Relatório de Operações de Transporte Escolar no Anexo I, elaborado pela equipe técnica do setor de Veículos Pesados da SEMED.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 SUSTENTABILIDADE

5.1.1 A condução responsável do processo licitatório deve considerar cuidadosamente os possíveis impactos ambientais. No presente objeto, torna-se indispensável a adoção de medidas preventivas e corretivas que assegurem a sustentabilidade e o pleno cumprimento da legislação vigente, em respeito ao direito constitucional de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

5.1.2 A presente licitação observará os critérios de sustentabilidade previstos no Decreto nº 7.746/2012, com redação dada pelo Decreto nº 9.178/2017, bem como na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos). Entre as medidas exigidas estão: a implementação de

plano de manutenção preventiva para reduzir ruídos e emissões de poluentes; a reciclagem e o descarte adequado de pneus, baterias, óleos e demais resíduos e o incentivo ao uso de tecnologias limpas.

5.1.3 Além disso, a SEMED deverá promover treinamentos para motoristas e monitores, com foco em direção defensiva e sustentável, e adotar rotas otimizadas, de modo a diminuir o tempo de deslocamento, o consumo de combustível e a emissão de poluentes.

5.1.4 Dessa forma, o processo licitatório assegura um transporte escolar seguro, eficiente e ambientalmente responsável, fortalecendo o compromisso da administração pública com a sustentabilidade e a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

5.2 SUBCONTRATAÇÃO

5.2.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual em razão da especificidade do objeto, os itens são correlacionados entre si, e deverão ser executados sequencialmente, no menor lapso de tempo possível, considerando sua natureza, onde isso impossibilita a subcontratação a outra empresa de parte dos itens, tendo em vista que não poderá haver falha na execução de nenhum dos itens, pois se isto ocorrer os demais ficarão comprometidos.

5.3 DA PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS CONSORCIADAS

5.3.1 Será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio observadas as normas contidas no artigo 150 da lei 14.133/2021. Em relação à habilitação econômico-financeira, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10 % para o consórcio, em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

5.4 DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

5.4.1 Considerando a natureza do objeto prestação de serviço contínuo de transporte escolar, destinado ao deslocamento de alunos da rede pública municipal, tanto da zona urbana quanto da zona rural, por meio de veículos como ônibus, micro-ônibus, vans e veículos adaptados para estudantes usuários de cadeira de rodas, cuja eventual interrupção poderá comprometer o atendimento das demandas da Administração Pública e o regular funcionamento das atividades educacionais, será exigida a garantia de execução contratual. Tal medida constitui instrumento preventivo destinado a mitigar riscos relacionados ao inadimplemento, em conformidade com o art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.2 A previsão de garantia contratual também busca assegurar que eventuais prejuízos decorrentes de inexecução total ou parcial do contrato, descumprimento das especificações ou aplicação de penalidades possam ser compensados de forma mais célere e eficaz.

5.4.3 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da

dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

5.4.4 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, após a homologação do certame, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

5.4.5 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

5.4.6 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

5.4.7 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

5.4.8 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

5.4.9 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

5.4.10 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante.

5.4.11 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente, o qual poderá ser realizado considerando os seguintes dados bancários: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO - FME DE PARAUAPEBAS (Secretaria Municipal de Educação - SEMED), inscrito no CNPJ sob o nº 22.575.249/0001-68.

5.4.12 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil, devendo ser emitida em nome do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO - FME DE PARAUAPEBAS (Secretaria Municipal de Educação - SEMED), inscrito no CNPJ sob o nº 22.575.249/0001-68.

5.4.13 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal, o qual poderá ser realizado considerando os seguintes dados bancários: FUNDO

MUNICIPAL DE EDUCACAO - FME DE PARAUAPEBAS (Secretaria Municipal de Educação - SEMED), inscrito no CNPJ sob o nº 22.575.249/0001-68.

5.4.14 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

5.4.15 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

5.4.16 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

5.4.17 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

5.4.18 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

5.4.19 A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

5.4.20 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

5.4.21 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

5.4.22 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

5.4.23 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

5.4.24 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

5.4.25 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

5.4.26 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos

prescritivos aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022.

5.4.27 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

5.4.28 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da SUSEP.

5.4.29 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

5.4.30 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

5.4.31 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

5.4.32 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

5.4.33 A garantia de execução é independente de eventual garantia do serviço prevista neste Termo de Referência.

5.5 VISTORIA

5.5.1 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

6. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1.1 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;

6.1.2 Efetuar o pagamento devido pela devida execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

6.1.3 Exercer a fiscalização acerca da qualidade e quantidade dos serviços contratados e o estado de conservação dos veículos utilizados no transporte escolar, conforme determina a Lei nº 9.503/97 do Código Brasileiro de Trânsito, por servidores designados para esse fim;

6.1.4 Comunicar oficialmente a CONTRATADA qualquer falha verificada no cumprimento do contrato;

6.1.5 Comunicar às autoridades irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos pela CONTRATADA;

6.1.6 Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

6.1.7 Permitir o acesso de funcionários da CONTRATADA, quando necessário, para a execução dos serviços;

6.1.8 Emitir Notas de Empenho para custear a despesa durante a vigência do Contrato;

6.1.9 Atestar Notas Fiscais que comprovam a realização dos serviços;

6.1.10 Efetuar os pagamentos devidos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias que serão contados a partir da apresentação da Nota Fiscal;

6.1.11 Notificar por escrito a Contratada da aplicação de eventuais multas, da suspensão do serviço, da distribuição e da sustação do pagamento de quaisquer faturas;

6.1.12 Descontar os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais da Nota Fiscal apresentada;

6.1.13 Não será efetuado nenhum pagamento a Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.1.14 Definir as rotas de tráfego dos veículos escolares da frota contratada.

6.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.2.1 Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como:

- a) salários;
- b) seguros de acidentes;
- c) taxas, impostos e contribuições;
- d) indenizações;
- e) vale-refeição;
- f) vales-transportes; e
- g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

6.2.2 A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado;

6.2.3 A CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;

6.2.4 A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei e neste Termo de Referência;

6.2.5 A CONTRATADA deverá, quando da assinatura do contrato, indicar funcionário de seu quadro para atuar como preposto junto à CONTRATANTE, sendo este o contato oficial para quaisquer questões pertinentes aos serviços vislumbrados neste termo de referência;

6.2.6 Cabe a CONTRATADA reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções dos serviços executados;

6.2.7 A CONTRATADA responderá pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que inexistirá, no caso, vínculo empregatício deles com a CONTRATANTE;

6.2.8 Responderá a CONTRATADA integralmente por perdas e danos que vierem a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

6.2.9 Não será permitido ao pessoal da CONTRATADA o acesso a áreas dos edifícios que não aquelas relacionadas ao seu trabalho;

6.2.10 A CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

6.2.11 A Contratada deverá comunicar a SEMED, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha a interferir na execução dos serviços contratados;

6.2.12 Realizar a execução dos serviços dentro prazo estabelecido neste Termo de Referência, padrões de qualidade e quantidades requisitadas;

6.2.13 A contratada deverá atender aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente, além de ser responsável pela destinação correta de todos os resíduos gerados no fornecimento dos serviços;

6.2.14 Os veículos deverão estar plenamente adequados à prestação dos serviços, pelo que serão periodicamente vistoriados por equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação;

6.2.15 As multas decorrentes de infração no trânsito deverão ser encaminhadas à Contratante no prazo máximo de 72h (setenta e duas horas) para que o funcionário infrator possa possivelmente recorrer ou efetuar o pagamento das mesmas com desconto;

6.2.16 A contratada, deverá manter os veículos conforme determinação do Código Brasileiro de Trânsito, bem como toda a legislação que versa sobre o transporte escolar;

6.2.17 A contratada deverá manter os veículos conforme legislação vigente referente a utilização e obrigatoriedade do uso dos equipamentos de segurança e condições do veículo;

6.2.18 As despesas com manutenção dos veículos (pneus, lubrificantes, limpeza, câmaras, serviço de freio, alinhamento, balanceamento, rolamento, câmbio, motor, elétrica e funilaria,

recuperação de assentos e outros itens necessários a manutenção) serão de responsabilidade da(s) empresa(s) ou pessoas físicas vencedora(s) do certame;

6.2.19 Realizar todas as manutenções preventivas e corretivas do veículo locado disponibilizando, se solicitado, o plano de manutenção do veículo ao setor de Transporte Escolar, para eventuais fiscalização ou auditoria;

6.2.20 Disponibilizar, sempre que solicitado, ao Setor de Transporte Escolar, documentos dos veículos como nada consta relativos a multas e infrações de trânsito, pagamento de seguros, licenciamento anual e autorização do DETRAN ou CIRETRAN, dentre outros;

6.2.21 Os veículos disponibilizados deverão, obrigatoriamente, possuir o laudo de vistoria de verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, emitido na forma do art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro e resoluções do CONTRAN e do DETRAN/PA, atestando o atendimento às Normas do Código de Trânsito Brasileiro e demais normas baixadas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;

6.2.22 Apresentar Alvará de Funcionamento no momento da emissão do contrato.

6.3 OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

6.3.1 A contratada caberá, ainda:

6.3.1.1 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus funcionários não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de PARAUAPEBAS.

6.3.1.2 Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução dos serviços ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da SEMED.

6.3.1.3 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.

6.3.1.4 Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Termo de Referência.

6.3.1.5 A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento a SEMED e nem poderá onerar o objeto deste Termo de Referência, razão pela qual o fornecedor signatário do contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a SEMED.

6.4 DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

6.4.1 Deverá à CONTRATADA observar, também, o seguinte:

6.4.1.1 Expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da administração da CONTRATANTE durante a vigência do Contrato.

6.4.1.2 Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 Forma, prazo e condições de execução dos serviços:

7.1.1 O prazo para o início da prestação do serviço será de até 05 (cinco) dias úteis, contados após o recebimento da ordem de serviço.

7.1.2 A prestação dos serviços será feita de acordo com a Ordem de Serviço da Secretaria Municipal de Educação de Parauapebas, Estado do Pará.

7.1.3 Poderá haver, a alteração ou extinção de itinerários em decorrência de novas matrículas ou mudança de domicílio dos usuários. Caso haja necessidade de reestruturação das linhas, tais alterações serão efetuadas pela Secretaria Municipal de Educação.

7.1.4 Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os veículos, nas quantidades estimadas e características exigidas, segundo as normas e regulamentos estabelecidos em leis, decretos, portarias e normas técnicas que regem a matéria e demais Órgãos competentes não mencionados, promovendo sua substituição quando necessário, devendo serem disponibilizados no horário de 8:00 às 14:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no endereço da CONTRATANTE, na Garagem do Setor de Transporte Pesado da Secretaria Municipal de Educação que fica localizado na PA 275, km 57, Parauapebas, Estado do Pará.

7.1.5 Os pneus deverão estar em perfeitas condições, não podendo de forma alguma ser utilizado no eixo dianteiro pneus recauchutados ou reformados.

7.1.6 Os veículos não poderão ter janelas de vidros, para-brisa ou retrovisores quebrados ou trincados. Além disso, não poderão estar em condições que propiciem dificuldade na visibilidade do motorista.

7.1.7 Todos os bancos de passageiros deverão ser equipados com cintos de segurança retrátil.

7.1.8 Possuir uma grade separando os alunos da parte onde fica o motor.

7.1.9 Registrador de velocidade (TACÓGRAFO), aparelho instalado no painel do veículo que registra a velocidade e paradas do veículo.

7.1.10 Os veículos não poderão ter poltronas rasgadas e apoios de braços danificados.

7.1.11 Todo veículo que transporta alunos deve ter uma autorização especial, expedida pela Divisão de Fiscalização de Veículos e Condutores do Detran ou pela Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran). A autorização deve estar fixada na parte interna do veículo, em local visível.

7.1.12 A quilometragem por dia dos veículos locados será livre.

7.1.13 Em caso de quebra, avaria, incidente, acidente de algum dos veículos locados ou qualquer outro motivo que contribua para a sua ausência, visando realizar o transporte dos

alunos em roteiro, previamente especificado, ficará o contratado, obrigado a substituir imediatamente, a tempo dos estudantes ainda chegarem à escola naquele turno, por veículo com as mesmas características do veículo original.

7.1.14 Em caso de substituição do veículo, qualquer que seja a motivação, a Contratada obriga-se a informar e remeter a Secretaria Municipal de Educação todos os documentos referentes ao novo veículo a ser utilizado no transporte de estudantes.

7.1.15 Os veículos substituídos deverão possuir as mesmas características dos veículos originais incluindo o ano de fabricação.

7.1.16 Todos os veículos passarão por vistorias pelo Setor de Transporte da Secretaria Municipal de Educação, pelo menos 02 (duas) vezes ao ano que emitirá laudo/parecer sob as suas condições para tráfego, visando à correção de irregularidades ou substituição imediata do veículo, conforme o caso.

7.1.17 Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados, obrigatoriamente nos dias/horários de parada dos veículos e ocorrerem por conta da contratada, bem como lubrificação e borracharia, além dos reparos mecânicos e elétricos que se fizerem necessários.

7.1.18 No caso de ocorrência de apreensão ou remoção de algum dos veículos a serem utilizados, as despesas decorrentes da retirada, guincho e outras, ocorrerão por conta da contratada, sem prejuízo da sua pronta substituição.

7.1.19 O custo com a lavagem dos veículos será de responsabilidade da contratada, sendo realizada, no mínimo, uma vez por semana.

7.2 Recebimento:

7.2.1 O objeto será recebido, conforme o art. 27 do Decreto Municipal nº. 375 de 05/03/2024:

7.2.1.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumaria, no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo fiscal do contrato/Setor de Transporte, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

7.2.1.2 Os veículos disponibilizados serão submetidos à vistoria técnica pela contratante, que expedirá o correspondente TERMO/LAUDO DE APROVAÇÃO, caso os veículos não estejam de acordo com o exigido neste termo, a contratada deverá substituir o veículo no prazo de 24h.

7.2.1.3 Definitivamente, em até 05 (cinco) dias úteis pelo Setor de Transporte/fiscal do contrato. Após o recebimento provisório, mediante termo de liquidação na nota fiscal/fatura, após a verificação da qualidade do objeto e aceitação, pelo fiscal do Contrato.

7.2.1.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.1.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.3 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7.4 Na ocasião da assinatura do Contrato, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos devidamente autenticados:

- a) CRLV do Veículo;
- b) Seguro Obrigatório;
- c) Apólice de Seguro, para cada veículo em serviço, com cobertura total para os passageiros para possíveis indenizações em virtude de acidentes com vigência durante todo o prazo contratual;
- d) Comprovação de autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados, conforme art. 136 do CTB.

7.5 Os veículos que serão locados para esta Secretaria deverão ser entregues obedecendo a seguinte legislação:

Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

- I - Registro como veículo de passageiros;
- II - Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
- III - Pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;
- IV - Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;
- V - Lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;
- VI - Cintos de segurança em número igual à lotação;
- VII - Outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

Art. 137. A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante."

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3 As comunicações entre a SEMED e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4 A SEMED poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a SEMED poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

8.7 Da fiscalização

8.7.1 Nos termos da Lei 14.133 de 2021, a SEMED designará um servidor para acompanhar e fiscalizar o serviço do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

8.7.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133 de 2021.

8.7.3 O Fiscal do Contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.7.4 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do serviço, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo o servidor designado sugerir melhorias, reclamar e comunicar-se diretamente com a contratada,

bem como encaminhar providências referentes à execução do contrato, seguindo diretrizes da SEMED.

8.7.5 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado deverão ser solicitadas ao Ordenador de Despesas da SEMED em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

8.7.6 A contratada deverá manter preposto, aceito pela SEMED durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1 A contratada deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, no prazo de até 10(dez) dias, contado a partir do adimplemento da obrigação.

9.2 No caso de a(s) nota(s) fiscal(s) ser(em) emitida(s) e entregue(s) a SEMED em data posterior à indicada no item anterior será imputado à contratada o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

9.3 Havendo erro na nota fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus a SEMED.

9.4 O pagamento de cada obrigação será realizado a partir da apresentação da nota fiscal atestada pela autoridade competente ou servidor designado, no período de até 30 (trinta) dias, de acordo com as medições dos serviços executados e aprovados e em consonância com a respectiva disponibilidade orçamentária, observadas as condições da proposta adjudicada e da ordem de serviço emitida.

9.5 As medições realizadas somente serão consideradas em condições de ser faturada pela contratada e aprovadas pela SEMED, após os ajustes necessários das rejeições, caso houver, apontadas pela Fiscalização. Estas deverão vir acompanhadas das certidões de regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

9.6 A Fiscalização da SEMED somente atestará a execução dos serviços e liberará a nota fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela contratada, todas as condições pactuadas e aprovadas.

9.7 A SEMED reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados não estiverem em perfeitas condições de uso ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

9.8 Não será efetuado qualquer pagamento à contratada enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito à alteração dos preços ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

9.9 A SEMED poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste termo de referência.

9.10 A SEMED pagará a (s) nota(s) fiscal (is) somente à contratada, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

9.11 A contratada deverá fazer constar na nota fiscal correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número da nota de empenho, o número de sua conta corrente, o nome do banco e a respectiva agência.

9.12 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela SEMED a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = (TX) / 365 \Rightarrow I = (6/100) / 365 \Rightarrow I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9.12.1 A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente, devida pela SEMED entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, de acordo com os termos deste termo de referência e do contrato.

9.13 A CONTRATADA autoriza, expressamente, retenção de pagamentos devidos em valores correspondentes às obrigações trabalhistas inadimplidas pela CONTRATADA, incluindo salário e demais verbas trabalhistas, previdência social e FGTS, concernentes aos empregados dedicados à execução do contrato, e em decorrência de propositura de ações trabalhistas, em conformidade ao entendimento previsto no Acórdão 3301/2015 - Plenário - TCU. Assim como, a realização de pagamentos de salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos empregados da CONTRATADA, bem assim das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando a estes não forem adimplidos.

9.13.1 Autoriza também, depositar os valores retidos cautelarmente junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento dos salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS, quando não possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, dentre outras razões, por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

10.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO (LOTE).

10.1.1.1 A adoção do critério de julgamento por grupos (lotes) para a contratação de serviços de locação de transporte escolar fundamenta-se em aspectos técnicos, operacionais e econômicos, visando assegurar a eficiência, a continuidade e a qualidade na prestação do serviço público.

10.1.1.2 O transporte escolar caracteriza-se como serviço contínuo, essencial e de elevada complexidade logística, envolvendo a definição de rotas, cumprimento de horários, gestão de veículos e motoristas, além do atendimento a requisitos de segurança e regularidade. Nesse contexto, a divisão da contratação em grupos (lotes) agrupados em: zona urbana, zona rural e vans (comuns e adaptadas para alunos que utilizam cadeira de rodas) mostra-se mais adequada do que a contratação por itens isolados.

10.1.1.3 Sob o aspecto operacional, o julgamento por grupo (lote) favorece a otimização da execução contratual, uma vez que permite a centralização da gestão das rotas por um mesmo contratado dentro de determinada área geográfica. Tal medida reduz riscos de descontinuidade, conflitos operacionais e dificuldades de coordenação entre múltiplos prestadores, contribuindo para maior confiabilidade do serviço.

10.1.1.4 Do ponto de vista da eficiência administrativa, a contratação por grupo (lote) simplifica a fiscalização e o acompanhamento contratual, possibilitando maior controle sobre a execução dos serviços, padronização de procedimentos e melhor interlocução entre a Administração e os contratados.

10.1.1.5 Adicionalmente, sob a ótica econômica, o agrupamento em grupos (lotes) pode proporcionar ganhos de escala, tornando a contratação mais vantajosa para a Administração, na medida em que possibilita aos licitantes a otimização de custos operacionais, refletindo em propostas mais competitivas.

10.1.2 O modo de disputa a ser considerado para esta licitação será ABERTO e FECHADO, ou seja, àquele já adotado nos editais expedidos pela SEMED, devidamente aprovado pelos Órgãos Competentes.

10.1.3 O intervalo mínimo de lances será de R\$ 100 (cem reais), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.2 Da aceitabilidade da proposta:

10.2.1 A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços readequado ao(s) item(ns) pertinente(s), indicando:

- a) Valor unitário, total do item para todos os itens do grupo (lote), sob pena de desclassificação.

- b) Marca/Modelo.
- c) Especificação do(s) item(s).
- d) Prazo de execução/disponibilização do veículo, observado o prazo definido neste Termo de Referência.
- e) Prazo de validade da proposta.

10.2.2 Para fins de exequibilidade dos preços, quando houver indícios, as licitantes deverão apresentar planilha de composição de preços, nos termos das legislações que regem o tema.

10.2.3 A equipe técnica da área demandante poderá auxiliar no julgamento e na aceitabilidade das propostas, através da emissão de Pareceres Técnicos.

10.2.4 Da exigência de garantia de proposta:

10.2.4.1 A exigência de garantia de proposta no presente procedimento licitatório fundamenta-se na necessidade de assegurar a seriedade, compromisso e responsabilidade dos licitantes, considerando a natureza contínua e essencial do objeto a ser contratado, qual seja, a prestação de serviços de transporte escolar para alunos da rede pública municipal, abrangendo tanto a zona urbana quanto a zona rural, por meio de ônibus, micro-ônibus, vans e veículos adaptados para estudantes usuários de cadeira de rodas.

10.2.4.2 Destaca-se que o serviço em questão possui impacto direto e imediato na continuidade do serviço público educacional, sendo indispensável para garantir o acesso e a permanência dos alunos nas unidades de ensino, especialmente aqueles residentes em áreas de difícil acesso ou com necessidades específicas de mobilidade.

10.2.4.3 Nesse contexto, evidencia-se relevante o risco de atraso na execução contratual, caso o licitante vencedor venha a desistir da proposta apresentada, recusar-se a assinar o contrato ou não comprovar as condições exigidas no certame. Tais situações podem comprometer o início ou a continuidade da prestação do serviço, ocasionando prejuízos diretos à coletividade, com potencial interrupção do transporte de estudantes e consequente impacto no calendário escolar.

10.2.4.4 A garantia da proposta, será apresentada juntamente com a Proposta Readequada, a ser recolhida pela licitante, optando por uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, abaixo descritas, apresentadas nas condições seguintes:

10.2.4.4.1 **CAUÇÃO EM DINHEIRO OU EM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA**, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, o qual poderá ser realizado considerando os seguintes dados bancários: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO - FME DE PARAUAPEBAS (Secretaria Municipal de Educação - SEMED), inscrito no CNPJ sob o nº 22.575.249/0001-68. **O comprovante de depósito deve ser anexado juntamente a proposta readequada, possuindo data de efetivação anterior a abertura da sessão pública do certame de referência;**

10.2.4.4.2 **SEGURO GARANTIA**, mediante entrega da competente apólice, no original, emitido por entidade em funcionamento no País, em nome do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO - FME DE PARAUAPEBAS (Secretaria Municipal de Educação - SEMED), inscrito no CNPJ

sob o nº 22.575.249/0001-68, cobrindo o risco de quebra dos termos de aceitação da proposta (caso a licitante deixe de cumprir com o valor proposto), com o prazo de validade de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de abertura da sessão (prazo hábil visto que trata-se de um certame de muitos itens, podendo se prolongar por um prazo além do habitual). **A apólice seguro-garantia, boleto, comprovante de pagamento e certidão de administradores, certidão de apontamento e certidão de licenciamento ao termo de garantia, devem ser anexados juntamente a proposta readequada, possuindo data de efetivação e emissão anterior a abertura da sessão pública do certame de referência;**

10.2.4.4.3 FIANÇA BANCÁRIA, mediante entrega da competente carta de fiança bancária, via original, emitida por entidade em funcionamento no País, em nome do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO - FME DE PARAUAPEBAS (Secretaria Municipal de Educação - SEMED), inscrito no CNPJ sob o nº 22.575.249/0001-68, com o prazo de validade de no mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de abertura da sessão. **A carta fiança, boleto e comprovante de pagamento, devem ser anexados juntamente a proposta readequada, possuindo data de efetivação e emissão anterior a abertura da sessão pública do certame de referência;**

10.2.5 A garantia prestada, só será liberada após a decisão que inabilitar ou desclassificar a licitante, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação, e no caso de habilitadas e classificadas, após a adjudicação e homologação do seu objeto. Exceto a do vencedor, cuja, a devolução ocorrerá após a assinatura do contrato, podendo ser retida e reforçada como garantia do contrato.

10.2.6 Caso o licitante não apresente os documentos solicitados nos moldes estabelecidos a mesma será **DECLASSIFICADA**.

10.3 Da habilitação jurídica, da regularidade fiscal, social e trabalhista:

10.3.1 Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, serão aqueles que visam demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limitar-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

10.3.2 Os documentos necessários para comprovar a habilitação fiscal, social e trabalhista, são aqueles previstos nos incisos I a VI do caput e nos §§ 1º e 2º do artigo 68 da Lei n. 14.133/2021.

10.4 Da habilitação técnica

10.4.1 A qualificação técnica dos licitantes deverá ser comprovada através de:

10.4.2 A comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, em quantidades e prazos similares com o objeto deste Termo de Referência.

- a) A comprovação de aptidão referida no item acima será feita mediante a apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, comprovando a execução de no mínimo 20% (vinte por cento) do grupo (lote), demonstrando que a licitante executou ou está executando, a contento,

serviço de locação de veículos descritos no grupo (lote) de interesse ou de natureza e vulto similar ao objeto deste Termo de Referência.

- b) O(s) atestado(s) deverá(ão) possuir informações suficientes para qualificar e quantificar o fornecimento, objeto deste Termo de Referência, bem como para possibilitar ao/a Pregoeiro(a) e equipe técnica da SEMED confirmar sua veracidade junto ao(s) emissor(es) do(s) atestado(s).

10.4.3 O (s) atestado (s) deverão ser impressos em papel timbrado do emissor, constando, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) Nome, CNPJ e endereço completo da empresa emitente;
- b) Identificação da empresa que forneceu o objeto (Nome e CNPJ);
- c) Descrição do (s) serviço (s) a ser (em) executado (s);
- d) Quantidade (s) a ser (em) executada (s);
- e) Período de execução;
- f) Declaração de que o objeto foi executado de forma satisfatória e informação sobre o cumprimento das obrigações contratuais;
- g) Local e data de emissão;
- h) Identificação do signatário (nome e cargo ou função), com a sua respectiva assinatura.

10.4.4 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.4.5 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.5 Da habilitação econômico-financeira:

10.5.1 A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos já utilizados pela Secretaria Municipal de Educação, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

10.5.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

10.5.2.1 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.5.2.2 Caso o licitante seja cooperativo, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.5.2.3 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

10.5.2.4 A não apresentação da memória de cálculo não leva a empresa a sua inabilitação.

10.5.2.5 Os indicadores previstos serão calculados por exercício, de forma que serão verificados 2 (dois) conjuntos de indicadores, 1 (um) para cada exercício social a que se referirem as demonstrações contábeis.

10.5.2.6 As demonstrações contábeis exigidas limitar-se-ão ao último exercício no caso de a licitante ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.5.3 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de abertura do certame, quando não estiver expresso o prazo de validade.

10.5.3.1 Será admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme orientação do Tribunal de Contas da União, no Acórdão 1697/2023 – PLENÁRIO.

11. DO REAJUSTE

11.1 Decorrido 12 (doze) meses da data do orçamento de referência, poderá ser admitido o reajuste de preços, nos termos da lei, aplicando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

11.2 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, devidamente justificado e concordado entre as partes, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.3 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.4 O reajuste será realizado por apostilamento.

12. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

12.1 As despesas com a aquisição de que trata o objeto, após a formalização do contrato, estará a cargo da dotação orçamentária: Exercício 2026 e subsequente;

12.2 As despesas para o exercício subsequente, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada na SEMED, pela Lei Orçamentária Anual.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES APLICÁVEIS AO CONTRATADO

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o contratado que, com dolo ou culpa:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao(s) contratado(s) as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar, e;

13.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

- a) Na aplicação das sanções serão considerados:
- b) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- c) As peculiaridades do caso concreto;
- d) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- e) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.4 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.5 A sanção de advertência será aplicada exclusivamente quando a infração administrativa for limitada ao não cumprimento das obrigações formais, sem prejuízo efetivo para o erário ou para a execução do contrato, conforme previsto no inciso I do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de uma penalidade mais grave.

13.6 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.7 Para as infrações previstas nas alíneas a, b e c, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato, apurando-se as circunstâncias previstas no item 13.3;

13.8 Para as infrações previstas nas alíneas d, e, f g e h, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato, apurando-se as circunstâncias previstas no item 13.3.

13.9 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.10 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.11 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas b, c e d, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, com a devida apuração e observância das circunstâncias previstas no item 13.3.

13.12 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas e, f, g e h, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021, com a devida apuração e observância das circunstâncias previstas no item 13.3.

13.13 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.14 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.15 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.16 As intimações expedidas deverão ser enviadas preferencialmente eletrônicas, por meio do e-mail informado pelo acusado quando do ingresso no certame ou da contratação, contendo o motivo da notificação, breve descrição do fato passível de aplicação de penalidade e o prazo para sua regularização e/ou manifestação.

13.17 Não havendo resposta em até 2 (dois) dias úteis, ou na impossibilidade de confirmação da ciência do e-mail, a intimação deverá ser encaminhada pelos Correios com aviso de recebimento (AR).

13.18 Caso frustrada a tentativa de intimação na forma dos parágrafos anteriores, deverá se proceder à publicação no Diário Oficial deste município, por 3 (três) vezes, com intervalo mínimo de 3 (três) dias entre as publicações, hipótese em que o prazo para apresentação de defesa preliminar ou recurso ou reconsideração, será contado a partir da última data de publicação do aviso de intimação.

13.19 Os comprovantes de intimação deverão ser anexados ao processo de responsabilização, com a devida certificação de juntada.

13.20 A defesa ou recurso ou reconsideração apresentada deverá ser juntada ao processo de responsabilização, seguida de certidão referente à tempestividade.

13.21 A empresa prestadora de garantia contratual, quando for o caso, deverá ser notificada da abertura do processo administrativo e da possibilidade de ser acionada em eventual aplicação de penalidade de multa.

13.22 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.23 A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5 Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS

15.1 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação vigente.

15.2 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Secretaria Municipal de Educação - SEMED não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.

15.3 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.4 O foro para dirimir questões relativas ao presente Termo de Referência, será o Foro do Município de Parauapebas-PA, com exclusão de qualquer outro.

Parauapebas-PA, 09 de abril de 2026.

Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência:

Elcilene Baía Rodrigues
Núcleo de Planejamento das Contratações
Contrato. nº81040

Atesto todos os atos de planejamento praticados para instrução do processo, conforme art. 4º, parágrafo único do Decreto Municipal nº 375 de 05/03/2024.

Arthur Bordalo Leão
Coordenador do Núcleo de Planejamento
Decreto nº 266/2026

AUTORIZADO:

Maura Regina Paulino
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 007/2025